

Página principal > Encontrar um profissional da justiça > Tradutores/Intérpretes jurídicos

Tradutores/Intérpretes jurídicos

Se precisar de ajuda para seguir o que se passa e para se fazer entender numa audiência que tem lugar noutro Estado-Membro ou se precisar da tradução de um contrato ou outro documento jurídico, talvez seja necessário encontrar um intérprete judicial ou um tradutor jurídico.

Introdução

O aumento da mobilidade e da migração na União Europeia acarreta um aumento considerável do número de relações de toda a ordem (comerciais, jurídicas, académicas ou pessoais) entre cidadãos de diferentes nacionalidades e culturas, que falam diferentes línguas. Este aumento, por sua vez, gera uma grande multiplicidade de situações que requerem serviços de tradução e interpretação. Dado que muitas dessas situações têm de ser sancionadas ou testemunhadas pelas autoridades (frequentemente por tribunais ou outras instituições jurídicas), é muito comum pedirem-se traduções oficiais de documentos lavrados noutras línguas.

A tradução oficial constitui um meio de atestar factos num processo judicial ou administrativo, de promover o reconhecimento de factos jurídicos produzidos num país estrangeiro e de aplicar a lei nacional a cidadãos estrangeiros (direito internacional privado).

A organização e o enquadramento profissional dos serviços de tradução oficial diferem nos Estados-Membros da União Europeia (heterogeneidade de sistemas e práticas). No Reino Unido e na Irlanda, por exemplo, a profissão não é regulada, ao passo que em países como a Espanha ou a Grécia, onde vigoram sistemas de direito civil, o acesso à profissão de tradutor ajuramentado e as condições do seu exercício (em matéria de estatuto, pagamento de honorários ou certificação) são regidos por normas específicas.

O que é um tradutor jurídico?

O tradutor produz documentos escritos mediante a tradução de um texto de uma língua para outra. O **tradutor jurídico** deve dominar os conceitos básicos e a terminologia, não apenas do direito como também do domínio em causa. A tradução jurídica desempenha um papel fulcral na comunicação multilíngue, uma vez que habilita particulares, empresas e serviços jurídicos e governamentais de diferentes línguas e culturas a comunicarem entre si, tanto no território dos diferentes Estados como além-fronteiras. A tradução jurídica requer conhecimento da terminologia própria e das convenções linguísticas utilizadas na elaboração dos documentos. Enquanto elemento de uma equipa jurídica com acesso a especialistas, o tradutor jurídico ajudá-lo a compreender cabalmente qualquer caso concreto e a correspondente terminologia jurídica. Graças à compreensão de um ou mais sistemas jurídicos e seus procedimentos, o tradutor jurídico poderá auxiliá-lo na prática de atos jurídicos.

As normas profissionais em matéria de aptidão linguística, competências de tradução e conhecimento de sistemas, procedimentos, terminologia e convenções linguísticas aplicáveis em casos específicos revestem-se de enorme relevância para quem pretenda contratar os serviços de um tradutor jurídico.

O que é um intérprete jurídico?

O intérprete presta um serviço linguístico oral, recorrendo a uma das várias modalidades de interpretação de uma língua para outra (simultânea, consecutiva ou murmurada). Os **intérpretes jurídicos** são especialistas que trabalham principalmente com advogados em audiências de julgamento, depoimentos, audições, mediações e arbitragens, reuniões com clientes, etc. Estes especialistas ajudam-no a comunicar com outras partes em processos transnacionais.

Tradutor/intérprete judicial

Os **tradutores/intérpretes judiciais** estão autorizados a traduzir documentos oficiais (certidões de casamento, certificados de habilitações escolares, diplomas universitários, documentos e peças processuais, sentenças judiciais, etc.), bem como a prestar serviços de interpretação em juízo (por exemplo, quando as partes ou testemunhas prestam depoimento), em esquadras de polícia (durante interrogatórios, após uma detenção), ou junto de autoridades administrativas (no decurso de operações de controlo alfandegário, por exemplo). Os tradutores/intérpretes judiciais oficiais estão autorizados a autenticar as suas traduções mediante a aposição de um selo oficial.

Os tradutores/intérpretes judiciais têm geralmente formação universitária na ou nas suas línguas de trabalho e dominam diversas técnicas de tradução e de interpretação, embora os requisitos variem consoante os Estados-Membros.

A maioria dos Estados-Membros da UE dispõe de um sistema de seleção e nomeação de tradutores/intérpretes judiciais. Em regra, os tradutores ajuramentados estão também habilitados a trabalhar como intérpretes judiciais. Os tradutores/intérpretes judiciais são conhecidos por diferentes designações oficiais nos diversos países.

Como posso encontrar tradutores/intérpretes?

Atualmente, é possível encontrar tradutores ou intérpretes jurídicos acedendo a bases de dados nacionais nesta matéria. No entanto, há Estados-Membros que não dispõem deste tipo de bases de dados. Por vezes, os sítios dos Ministérios da Justiça ou dos tribunais regionais superiores dispõem de ligações para registos oficiais ou semioficiais de tradutores/intérpretes qualificados.

Em matéria penal, a [Diretiva 2010/64/UE](#) impôs aos Estados-Membros a obrigação de procurar criar um registo deste até 27 de outubro de 2013, data-limite para a transposição da diretiva para o direito interno. Nos termos desta diretiva, os Estados-Membros devem instituir um procedimento ou mecanismo para averiguar se os suspeitos ou arguidos precisam da ajuda de um intérprete ou tradutor e, em caso afirmativo, cabe aos Estados-Membros satisfazer esta necessidade sem demora. Deve ser fornecida a tradução de documentos essenciais para garantir o exercício do direito de defesa e, excepcionalmente, pode ser fornecida uma tradução ou um resumo oral desses documentos essenciais, desde que não se ponha em causa a imparcialidade do tribunal. Os Estados-Membros devem suportar os custos da interpretação e tradução, independentemente da decisão final do processo.

Para obter informações mais circunstanciadas sobre, por exemplo:

o órgão responsável pela base de dados nacional em questão,
as normas aplicáveis em matéria de recurso a tradutores e intérpretes,
as áreas geográficas de responsabilidade dos diferentes tradutores e intérpretes,
a formação e as qualificações dos tradutores e intérpretes,
os custos,
os sistemas de seguro e a existência de mecanismos de tratamento de queixas,

selecione uma das bandeiras do lado direito.

Última atualização: 24/01/2019

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».

O texto desta página na língua original  foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Bélgica

Nesta secção encontra informações que lhe permitem procurar um intérprete judicial ou um tradutor, se necessário através de um sítio Web oficial.

Como encontrar um tradutor na Bélgica?

Neste momento não existe, na Bélgica, nenhuma base de dados oficial centralizada de intérpretes e tradutores. Há, todavia, listas de tradutores ajuramentados que são devidamente actualizadas pelas  **secretarias dos tribunais**.

Ligações úteis

 **Serviço Público Federal de Justiça**

Última actualização: 27/04/2015

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Bulgária

A Bulgária não dispõe de uma base de dados de tradutores e intérpretes

Actualmente, não existe nenhuma base de dados electrónica de intérpretes ajuramentados. Todavia, os intérpretes podem participar em acções na qualidade de peritos. O estatuto de perito é estabelecido no Regulamento n.º 1 de 2008, de 16 de Janeiro de 2008 relativo ao registo, qualificação e remuneração de peritos (adoptado pelo Conselho Superior da Magistratura, SG 11/5 de Fevereiro de 2008). Cada tribunal dispõe de uma lista de pessoas que podem participar na qualidade de peritos em acções (incluindo tradutores e intérpretes).

São as seguintes as entidades que podem apresentar propostas para incluir peritos (nomeadamente tradutores e intérpretes) na lista:

Ministérios

Departamentos

Instituições

Municípios

Organizações profissionais e outras, e

Instituições científicas.

Essas propostas devem ser enviadas ao presidente do tribunal distrital ou administrativo competente.

Última actualização: 17/12/2018



As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - República Checa

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor ou intérprete jurídico na República Checa

Qual é o conteúdo da base de dados de especialistas e intérpretes?

Na base de dados de especialistas, tradutores e intérpretes da República Checa pode procurar pessoas aí inseridas como especialistas, tradutores e intérpretes – isto é, pessoas habilitadas a exercer as respetivas atividades. As listas de especialistas, tradutores e intérpretes mantidas por cada tribunal regional contêm uma secção dedicada aos especialistas e outra dedicada aos tradutores e intérpretes. Todos os tradutores e intérpretes que constam da lista estão habilitados a prestar serviços de interpretação e tradução em relação à língua referida na lista.

A  **base de dados de especialistas e intérpretes checos** é gerida  **Ministério da Justiça da República Checa**. A responsabilidade pela exatidão dos dados é, no entanto, do tribunal regional competente.

O acesso à base de dados de especialistas e intérpretes é gratuito?

O acesso a esta base de dados é **gratuito**.

Como procurar um tradutor ou intérprete jurídico na base de dados de especialistas e intérpretes?

Através de um motor de pesquisa simples, pode procurar em linha os dados de contacto (e outros) dos especialistas, tradutores e intérpretes. A pesquisa de tradutores e intérpretes pode ser feita pela língua em que estão habilitados a trabalhar, pelo tribunal regional em cuja área de jurisdição residem ou pelo seu nome e apelido.

Última actualização: 09/07/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Dinamarca

A Dinamarca não dispõe de uma base de dados de tradutores/intérpretes acessível ao público.

Última actualização: 24/10/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Alemanha

Esta página ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Alemanha.

Como encontrar um intérprete ou tradutor jurídico na Alemanha

A base de dados geral alemã de tradutores e intérpretes inclui todos os tradutores e intérpretes oficialmente ajuramentados, certificados e/ou que trabalham ao serviço do setor público em todos os Estados federados (Länder) alemães.

Cada Estado federado estipula os requisitos necessários para os tradutores e intérpretes serem oficialmente ajuramentados, certificados ou poderem atuar no setor público, pelo que estes requisitos variam consoante o Estado federado.

O acesso à base de dados alemã de tradutores e intérpretes é gratuito?

Sim.

Como procurar um intérprete ou tradutor jurídico na Alemanha

É possível pesquisar intérpretes e tradutores específicos através de um ou mais dos seguintes critérios: nome, código postal/município, língua. Se selecionar uma entrada específica dos resultados da pesquisa, serão apresentados detalhes suplementares (por exemplo, línguas de trabalho do tradutor /intérprete e contactos).

Ligações úteis

 [Base de dados de intérpretes jurídicos \(justiz-dolmetscher.de\)](http://justiz-dolmetscher.de)

 [Base de dados de tradutores jurídicos \(justiz-uebersetzer.de\)](http://justiz-uebersetzer.de)

 [Base de dados de intérpretes dos tribunais \(gerichts-dolmetscher.de\)](http://gerichts-dolmetscher.de)

 [Base de dados de tradutores dos tribunais \(gerichts-uebersetzer.de\)](http://gerichts-uebersetzer.de)

 [Portal de intérpretes dos tribunais \(gerichtsdolmetscherverzeichnis.de\)](http://gerichtsdolmetscherverzeichnis.de)

 [Portal de tradutores dos tribunais \(gerichts-uebersetzer.de\)](http://gerichts-uebersetzer.de)

Última atualização: 29/08/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Estónia

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Estónia.

Como encontrar um tradutor jurídico na Estónia

O  [Registo de tradutores ajuramentados da Estónia](#) disponibiliza informações relativas a tradutores ajuramentados e respetivos contactos.

O registo é gerido pelo **Ministério da Justiça da Estónia**.

O acesso ao registo de tradutores é gratuito?

Sim, o acesso ao registo é gratuito.

Como procurar um tradutor jurídico

Não existe uma forma específica de procurar tradutores. O sítio Web do Ministério da Justiça disponibiliza uma lista das línguas de tradução disponíveis.

Depois de escolher a língua desejada, será direcionado para os nomes e contactos de tradutores habilitados para traduzir para e a partir dessa língua.

Última atualização: 13/08/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Irlanda

A Irlanda não dispõe de uma base de dados de tradutores jurídicos ou intérpretes.

Última atualização: 12/11/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.


Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Grécia

A Grécia não tem um sítio Web com uma lista de tradutores ou intérpretes. Está em curso um processo de desenvolvimento da digitalização das bases de dados e da sua plataforma electrónica.

Como encontrar um tradutor ou um intérprete jurídico na Grécia?

O enquadramento jurídico da interpretação e da tradução nos tribunais gregos está consagrado nos artigos 233.º a 238.º do Código de Processo Penal grego. Os intérpretes e os tradutores são designados pelo tribunal competente de acordo com a respetiva tabela, a qual é proposta, todos os anos, pelo Tribunal Judicial de Primeira Instância e aprovada pelo Tribunal de Recurso. Em casos de extrema urgência, podem ser designados intérpretes que não constem das referidas tabelas.

No que diz respeito aos processos cíveis, o artigo 252.º do Código de Processo Civil dispõe que, se uma testemunha, um perito ou uma das partes não falar grego, o tribunal deve designar um intérprete. O artigo 137.º do Código de Processo Administrativo contém uma disposição semelhante.

Deve observar-se que existe um  [serviço de tradução no Ministério dos Negócios Estrangeiros](#), o qual, de acordo com o quadro jurídico atual, é responsável pela tradução oficial de documentos públicos e privados.

Os documentos públicos estrangeiros apenas são traduzidos, se provierem de países signatários da Convenção da Haia de 1961, ratificada na Grécia pela Lei n.º 1497/1984 (*Diário do Governo*, 1ª série, n.º 188), se neles tiver sido colocada a apostila da convenção. Todos os restantes documentos estrangeiros têm de ser autenticados pela autoridade consular no país de origem do documento ou pela autoridade consular desse país na Grécia.

A tradução não é gratuita. O seu custo é fixado pelo ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros.

Além disso, de acordo com o Código dos Advogados (artigo 36.º da Lei n.º 4194/2013, *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 208), as funções do advogado incluem a tradução de documentos redigidos numa língua estrangeira e a tradução de documentos em grego para qualquer língua estrangeira. A tradução é plenamente válida perante qualquer tribunal ou outra autoridade, desde que seja acompanhada por uma cópia autenticada do documento traduzido e que o advogado comprove que tem um conhecimento adequado da língua para a qual, e a partir da qual, o documento foi traduzido.

O acesso às bases de dados de tradutores é gratuito?

A Grécia não dispõe de uma base de dados centralizada de tradutores/intérpretes jurídicos gregos.

Contudo, existe uma base de dados dos membros da [Associação Pan-helénica de Tradutores](#) (membros da Federação Internacional de Tradutores – FIT), que são tradutores profissionais (alguns dos quais são também intérpretes). Esta base de dados permite aos utilizadores procurar um intérprete /tradutor por língua e por região.

Além disso, podem ser consultados dados relativos a tradutores profissionais por cada região da Grécia na base de dados da [Associação Pan-helénica de Tradutores Profissionais Licenciados pela Universidade Jónica](#) (membro da FIT), cujos membros se especializam em duas ou três línguas: inglês, francês e alemão (a associação fornece informações sobre a especialização linguística dos membros).

Como procurar um tradutor jurídico na Grécia?

Ver acima.

Ligações úteis

Serviço de Tradução do Ministério dos Negócios Estrangeiros (<http://www.mfa.gr/ypiresies-gia-ton-politi/metafrastiki-ypiresia/i-metaphrastiki-ypiresia.html>)

Associação Pan-helénica de Tradutores (<http://www.pem.gr/>)

Associação Pan-helénica de Tradutores Profissionais Licenciados pela Universidade Jónica (<http://www.peempip.gr/>)

Ministério da Justiça, da Transparência e dos Direitos Humanos (<http://www.ministryofjustice.gr/>) (para informações de contacto do Ministério Público e dos tribunais na Grécia).

Última atualização: 03/07/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Espanha

Esta secção do Portal ajuda-o a encontrar um intérprete ou tradutor judicial em Espanha.

Como encontrar um intérprete ou tradutor jurídico em Espanha

Em Espanha, a profissão de intérprete ou tradutor ajuramentado não está regulamentada de forma exaustiva.

O artigo 231.º, n.º 5, da Lei Orgânica do Poder Judicial estabelece que, nos atos orais, o juiz ou o tribunal poderá designar como intérprete qualquer pessoa conhecedora da língua utilizada que se comprometa a fazer uma tradução rigorosa, que deverá desempenhar essas funções sob juramento.

O artigo 440.º do Código de Processo Penal prevê o direito a ser assistido por um intérprete, e o artigo 441.º especifica que o intérprete será selecionado de entre as pessoas que detenham esse título na localidade em causa. Caso não haja ninguém com esse título, será nomeado um professor da língua em causa, e, caso também não haja nenhum, qualquer pessoa que domine a língua.

O artigo 762.º, n.º 8, do Código de Processo Penal estipula que, no caso de os arguidos ou testemunhas não falarem ou não entenderem a língua espanhola, se deve proceder em conformidade com o disposto nos artigos 398.º, 440.º e 441.º, não sendo necessário que o intérprete designado detenha um título oficial.

De uma forma geral, quando se trata de **assuntos em matéria penal e civil com apoio judiciário**, as despesas incorridas com o tradutor ou intérprete são suportadas pelo Ministério da Justiça (ou pelas Comunidades Autónomas com competências em matéria de justiça), enquanto nos **procedimentos de direito civil que não gozam de apoio judiciário** tais despesas são suportadas pelo requerente. Por outro lado, o tradutor ou intérprete também intervém em determinados **procedimentos do contencioso administrativo**, designadamente os pedidos de asilo.

Para ser qualificado como tradutor ou intérprete ajuramentado é necessário passar no exame organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os detentores dessa qualificação estão habilitados a realizar traduções e interpretações oficiais.

O acesso à base de dados de tradutores em Espanha é gratuito?

Não existe em Espanha uma base de dados com informação relativa a intérpretes e tradutores.

Como encontrar um tradutor jurídico em Espanha

Todavia, o [Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#) costuma publicar uma lista das pessoas que passaram nas provas para obtenção do título de intérprete ajuramentado.

O acesso à lista é gratuito e contém uma listagem ordenada alfabeticamente por línguas e por tradutores ajuramentados nessas línguas.

Ligações úteis

[LISTA DE TRADUTORES AJURAMENTADOS](#)

Última atualização: 12/03/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [fr](#) foi recentemente alterado. A

tradução deste texto para português está em curso.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - França

São aqui fornecidas informações relativas à procura de um intérprete que possa prestar serviço no âmbito de um processo judicial, ou de um tradutor, eventualmente através de um sítio oficial.

Como encontrar um tradutor em França?

O serviço de documentação e estudos do [Tribunal de Cassação](#) (*Cour de cassation*) disponibiliza no seu sítio Internet:

a lista, em formato PDF, dos [peritos aprovados pelo Tribunal de Cassação](#) elaborada anualmente pela Mesa do Tribunal. O referido sítio Internet contém ainda hiperligações para os sítios Internet de certos tribunais de recurso.

[listas de peritos judiciais](#) elaboradas por cada tribunal de recurso, incluindo, nomeadamente, os **peritos inscritos nas rubricas tradução e interpretação**. As listas de peritos judiciais elaboradas pelos tribunais de recurso são atualizadas por estes e transmitidas, com uma frequência variável, ao Tribunal de Cassação.

O Tribunal de Cassação não dispõe de uma base de dados propriamente dita, que integre todos os intérpretes e tradutores.

Existem listas com os nomes, contactos, ano de nascimento e especialidade dos peritos para 35 tribunais de recurso.

A procura de um tradutor ou de um intérprete é um serviço pago?

Não, o acesso aos sítios Internet não está sujeito a **quaisquer restrições**.

Contexto ou historial das listas de tradutores em França

Antecedentes históricos

As **primeiras listas de peritos** foram introduzidas oficialmente no sistema judiciário francês, **em matéria penal**, por uma **lei de 30 de novembro de 1892**.

Paralelamente, existiam listas oficiosas de técnicos normalmente designados em matéria cível.

A Lei n.º 71-498, de 29 de junho de 1971, e o Decreto n.º 74-1184, de 31 de dezembro de 1974, criaram, para os tribunais judiciais, uma **lista única simultaneamente cível e penal em cada tribunal de recurso**, na qual os peritos inscritos se encontram classificados por especialidade. Essa lista era completada e alterada todos os anos. A inscrição era renovada anualmente mas, na prática, era restabelecida para todos os peritos que não tivessem sido objeto de críticas graves. Foi criada igualmente uma **lista nacional de peritos, elaborada pela Mesa do Tribunal de Cassação**, que funciona em condições comparáveis.

Condições para a inscrição

A **inscrição nas listas de peritos judiciais foi profundamente reformulada** pela Lei n.º 2004-130, de 11 de fevereiro de 2004, e pelo Decreto n.º 2004-1463, de 23 de dezembro de 2004. No que respeita às listas dos tribunais de recurso, os pedidos são dirigidos ao Procurador da República junto do tribunal de grande instância, que os instrui e os envia ao Procurador-Geral, que consulta o primeiro presidente do tribunal de recurso.

As listas são elaboradas anualmente pelo plenário dos magistrados judiciais do tribunal de recurso.

A inscrição inicial nas **listas dos tribunais de recurso** toma a forma de um regime probatório com uma duração de três anos, no termo dos quais a experiência do interessado e a aquisição dos conhecimentos jurídicos necessários ao bom desempenho das suas funções são avaliadas na perspetiva de uma eventual reinscrição mediante apresentação de uma nova candidatura. O perito é, em seguida, reinscrito por um período de cinco anos, após reapreciação do seu dossiê e a emissão de parecer por uma comissão constituída por peritos e magistrados.

O Decreto n.º 2012-1451 de 24 de dezembro de 2012 veio precisar os critérios de inscrição nas listas. Os pedidos devem ser analisados tendo em conta as qualificações e a experiência profissional dos candidatos, incluindo as competências adquiridas em qualquer outro Estado-Membro da União Europeia e o interesse manifestado em colaborar com o serviço público da justiça. Podem igualmente ser tidas em conta as necessidades do tribunal.

Só os peritos que figurem na lista de um tribunal de recurso há mais de cinco anos podem ser inscritos na lista nacional. No que se refere ao processo de inscrição ou reinscrição na lista nacional, o procurador-geral junto do Tribunal de Cassação recebe esses pedidos e recolhe o parecer do primeiro presidente e do procurador-geral junto do tribunal de recurso onde o interessado se encontra inscrito. A Mesa do Tribunal de Cassação elabora depois a lista nacional, sem consultar a procuradoria-geral.

Nomenclatura das rubricas das listas de peritos

Um despacho do Ministro da Justiça de 10 de junho de 2005 estabeleceu, para o conjunto do território nacional, uma nomenclatura harmonizada das rubricas das listas de peritos. A lista está dividida em ramos (de natureza económica, como, por exemplo, a agricultura, a saúde, a indústria...), rubricas (correspondentes a disciplinas, como, por exemplo, a medicina, a cirurgia...) e especialidades (que especifica as disciplinas: alergologia, cirurgia digestiva...). Existe um ramo **«interpretação-tradução»**, que inclui uma rubrica tradução, subdividida em especialidades por categorias linguísticas (línguas românicas, germânicas, eslavas...). As especialidades possuem assim títulos suficientemente abrangentes para incluírem todas as línguas faladas ou escritas.

No âmbito da elaboração da nova nomenclatura harmonizada das especialidades dos peritos, os tradutores e os intérpretes foram pois mantidos nas listas de peritos judiciais de direito comum, embora incluídos numa rubrica específica. Com efeito, embora esses profissionais não tenham por principal missão a realização de peritagens no sentido estrito do termo, não deixam de ser, tal como os peritos judiciais, colaboradores ocasionais do serviço público da justiça, e podem, eventualmente, ser **designados na qualidade de técnicos**, nos termos do artigo 232.º do novo Código de Processo Civil, para realizar, a pedido dos tribunais, verdadeiros atos de instrução, nomeadamente consultas.

Tendo em conta estas considerações, não se afigurava oportuno, no âmbito da reforma de 2004, sujeitar os tradutores e os intérpretes a um regime especial de inscrição em listas distintas.

Última atualização: 16/09/2013

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Itália

A Itália não dispõe de uma base de dados nacional de tradutores e intérpretes, no intuito de permitir que os juízes escolham livremente os tradutores e intérpretes que considerarem mais competentes.


Última atualização: 18/06/2018



As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original  foi recentemente alterado. A

tradução deste texto para português está em curso.


Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Chipre

O trabalho de tradução é executado com a colaboração de tradutores externos registados no  **Serviço de Imprensa e de Informação** (Γραφείο Τύπου και Πληροφοριών) e certificado por tradutores ajuramentados.

O  **Serviço de Imprensa e de Informação** (SII) é um departamento do  **Ministério do Interior** (Υπουργείο Εσωτερικών). O SII tem como função disponibilizar permanentemente aos meios de comunicação social internacional e aos cidadãos de Chipre informação objectiva sobre Chipre e a Questão de Chipre, utilizando todos os novos recursos da tecnologia de informação, com o fim de projectar a imagem do Governo e da sua acção e fornecer aos cidadãos informação geral sobre as questões relacionadas com a integração de Chipre na União Europeia. O SII tem também a seu cargo a produção de material informativo, como folhetos, filmes e CD.

Algumas secções do SII trabalham em contacto directo com o público. Uma dessas secções é o  **Departamento de Tradução** (Κλάδος Μεταφράσεων).

DEPARTAMENTO DE TRADUÇÃO

O  **Departamento de Tradução** do SII presta serviços de tradução desde 1990, ano em que foi criado por decisão do Conselho de Ministros com o objectivo de satisfazer a procura de traduções, por parte do sector privado e do sector público.

A conduta do pessoal deste departamento é pautada pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, pela recusa de preconceitos ou discriminação e pela preocupação de dar resposta imediata às solicitações recebidas.

TRADUÇÕES CERTIFICADAS

O Departamento de Tradução ocupa-se da tradução de documentos/textos que geralmente requerem certificação oficial. São efectuadas traduções certificadas nas seguintes línguas:

Grego
Inglês
Francês
Russo
Alemão
Italiano
Árabe
Polaco
Romeno
ServoCroata
Búlgaro
Húngaro
Neerlandês
Espanhol
Chinês
Sueco
Checo
Eslovaco
Turco
Português
Japonês
Arménio
Ucraniano
Albanês
Georgiano
Farsi

O departamento recorre aos serviços de tradutores externos registados no [Serviço de Imprensa e de Informação](#), sendo as traduções efectuadas certificadas por tradutores ajuramentados.

Os documentos a traduzir são classificados em duas categorias, a que correspondem preços distintos. Os documentos da categoria A são simples (não especializados) e os da categoria B são especializados.

Tem ao seu dispor informação mais desenvolvida sobre preços das traduções certificadas, prazos de recepção e entrega, horário de expediente, etc. em [Informação sobre Traduções Certificadas](#).

INFORMAÇÃO/COMENTÁRIOS

O público pode pedir informações ou esclarecimentos sobre os serviços prestados pelo Departamento de Tradução.

Pode também apresentar comentários ou queixas por escrito. O Departamento de Tradução responde a todas as cartas assinadas, no prazo de um mês.

CONTACTO

Números telefónicos de contacto para traduções:

+357 22801132,
+357 22801133,
+357 22801134,
+357 22801193.

Número telefónico do Chefe do Departamento: +357 22801131.

Endereço postal:

Press and Information Office (PIO)

Apelli Street

P.P. Box 1456, Nicosia, Cyprus

Tel.: +357 22801117, Fax: +357 22666123

Endereço de correio electrónico: communications@pio.moi.gov.cy

Última atualização: 30/04/2015

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Letónia

O tribunal faculta às partes de um processo cível ou administrativo que não dominem a língua utilizada – salvo aos representantes de entidades jurídicas – o direito de tomarem conhecimento dos materiais do processo e de participarem no mesmo com o apoio de um intérprete.

Os participantes no processo são igualmente livres de escolher de forma independente tradutores e intérpretes que considerem adequados.

Nos processos penais, se as pessoas com o direito de defesa, vítimas e respetivos representantes, testemunhas, especialistas, peritos, auditores e outras pessoas chamadas a participar pela entidade oficial que conduz o processo não dominarem a língua oficial do país, têm o direito de utilizar uma língua que dominem no decorrer do ato processual e a ser gratuitamente assistidas por um intérprete, sendo os serviços deste último fornecidos pela entidade oficial que conduz o processo.

Última atualização: 22/04/2013

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas

respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Lituânia

Não existe na Lituânia uma base de dados de tradutores e intérpretes.

Como procurar um tradutor jurídico na Lituânia

Nos processos judiciais, o tribunal disponibiliza um tradutor/intérprete.

Pode ser procurado um tradutor ou um intérprete privado, para fins pessoais, nos seguintes sítios Web:

[ADGLORIAM](#)

[MAGISTRAI](#)

[VERTIMUBIURAS](#)

[MULTILINGUA](#)

Última atualização: 18/02/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Luxemburgo

Esta secção do portal ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete no Luxemburgo.

Como encontrar um tradutor ou intérprete jurídico no Luxemburgo?

O Ministério da Justiça mantém uma lista coordenada atualizada dos tradutores e intérpretes ajuramentados que pode ser consultada no sítio Internet do [Ministério da Justiça](#) e que contém igualmente informações de carácter geral.

O acesso à base de dados dos tradutores do Luxemburgo é gratuito?

O acesso à base de dados de tradutores do Luxemburgo é gratuito.

Ligações úteis

[Ministério da Justiça](#)

Última atualização: 20/12/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Hungria

A Hungria não tem uma base de dados electrónica centralizada de tradutores jurídicos e de intérpretes judiciais.

Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Hungria?

A atividade de tradução ou interpretação especializada só pode ser exercida por tradutores ou intérpretes especializados e qualificados, no âmbito de um contrato de trabalho ou de outra relação de trabalho remunerado.

Com as exceções referidas abaixo, as traduções certificadas e a certificação de traduções e de cópias de traduções de documentos em língua estrangeira podem ser efetuadas pelo Serviço Nacional de Tradução e Certificação (Országos Fordító és Fordításhitelesítő Iroda Zrt – OFFI).

A Lei do Notariado n.º XLI de 1991 estabelece que os notários que estão habilitados a redigir documentos em línguas estrangeiras podem efetuar também traduções certificadas a partir dessas línguas nos domínios abrangidos pela sua competência notarial, bem como certificar as traduções desses documentos. Os notários procedem à certificação das traduções de documentos originais mediante a inserção de uma cláusula de certificação no final da tradução.

As missões diplomáticas, incluindo as secções consulares, podem efetuar traduções e cópias de documentos em língua estrangeira e certificar documentos, em conformidade com a lei e os tratados internacionais.

Os tradutores especializados e qualificados e os revisores especializados também estão habilitados a fazer, para qualquer língua oficial da UE (escolhida pela empresa), traduções de certidões do registo comercial e traduções autênticas de documentos da empresa e dados sobre as empresas destinados ao registo comercial.

O OFFI presta serviços de interpretação nos tribunais, procuradorias e autoridades com poderes coercivos situados em Budapeste. Está igualmente obrigado a prestar serviços de interpretação nos tribunais, procuradorias e autoridades com poderes coercivos situados fora de Budapeste que não possam disponibilizar estes serviços através da nomeação de um intérprete qualificado ou outra pessoa idónea.

Ligações úteis

[Serviço Nacional de Tradução e Certificação \(OFFI\)](#)

Última atualização: 06/04/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Malta

Malta não dispõe de uma base de dados oficial de tradutores jurídicos e intérpretes judiciais.

Para os processos penais, está disponível uma lista de intérpretes/tradutores para os juízes e funcionários judiciais. Esta lista é conservada e gerida pelo **Secretário do Tribunal Penal**. Na preparação para a entrada em vigor da diretiva relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal, a referida lista foi recentemente incluída nos Serviços Judiciais e disponibilizada em linha – <http://www.justiceservices.gov.mt/courtservices/CourtExperts>. Sempre que é necessário recorrer aos serviços de um intérprete ou de um tradutor no decorrer de um processo penal, este é nomeado por um magistrado. A existência da lista atrás referida não impede o magistrado de ignorar essa lista e nomear qualquer outra pessoa que considere idónea para a prestação de serviços de interpretação ou tradução. O nome desta pessoa será acrescentado à lista. Para mais informações, contacte por escrito o «Secretário do Tribunal Criminal, Tribunais de Justiça, Valletta, Malta».

Nos **processos cíveis**, as partes podem nomear um tradutor ou intérprete à sua escolha e os custos inerentes serão suportados pela parte que solicitar estes serviços. A administração dos tribunais não intervém neste processo. Todavia, os tribunais civis podem utilizar a lista disponível para os tribunais penais, que, como foi referido atrás, está disponível em linha para o público em geral.

A lista de tradutores e intérpretes encontra-se igualmente no **sistema informático de gestão de processos jurídicos (LECAM) dos tribunais**, sendo a sua consulta geralmente reservada aos funcionários judiciais e a profissionais de Direito. Todavia, o público em geral pode **aceder** ao sistema LECAM relativamente a processos de natureza cível, através de computadores disponíveis nos serviços de registo situados nas instalações do tribunal.

As inserções na lista de nomes de profissionais são efetuadas pelos funcionários judiciais responsáveis pela manutenção desta base de dados. Cada entrada de nome de um profissional é associada ao processo para o qual for nomeado para a prestação dos seus serviços.

Última atualização: 21/12/2016

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original  foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Países Baixos

Nesta secção pode encontrar uma breve panorâmica da base de dados dos tradutores dos Países Baixos.

Qual o conteúdo do registo de tradutores neerlandês?

O  **registo de tradutores dos Países Baixos** é uma base de dados que contém informações sobre tradutores e intérpretes ajuramentados.

O registo é gerido pelo Gabinete dos Tradutores e Intérpretes Ajuramentados.

O acesso à base de dados dos tradutores é gratuito?

Sim, o acesso é **gratuito**.

Como procurar um tradutor jurídico nos Países Baixos

A base de dados pode ser pesquisada por apelido ou combinação(ões) de línguas.

Ligações úteis

Base de dados dos tradutores dos Países Baixos

Última atualização: 29/11/2012


As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Áustria

Esta secção do portal permite-lhe encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Áustria.

Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Áustria?

O Ministério Federal da Justiça austríaco mantém uma lista (*Gerichtsdolmetscherliste*) de intérpretes judiciais que demonstraram satisfazer determinados requisitos legais (tais como conhecimentos especializados adequados), prestaram um juramento e foram certificados pelos tribunais.

Para este efeito, foi criada uma  **página Web específica**, também acessível através da página inicial da  **Justiça Austríaca**.

Desde 2004 que o sítio Web tem permitido o acesso a:

uma base de dados de tradutores ou intérpretes, organizada segundo determinados critérios;

informações jurídicas sobre serviços de tradução e interpretação.

O acesso à base de dados dos tradutores é gratuito?


A página Web é acessível ao público, gratuitamente.

Como procurar um tradutor jurídico na Áustria?

A partir da  **página Web específica** pode encontrar **tradutores ou intérpretes** através dos seguintes critérios de pesquisa:

língua e

comarca judicial.

Para pesquisas específicas, um  **motor de busca** permite pesquisar na base de dados em texto integral. Além disso, os resultados podem ser afinados por língua e por comarca judicial.

Ligações relacionadas

Lista de tradutores e intérpretes judiciais

Última atualização: 30/05/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.


Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Polónia

Esta página ajudado a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete polaco.

Qual é o conteúdo da base de dados de tradutores polacos?

A Polónia dispõe de:

Uma lista de  **tradutores ajuramentados**, que é da responsabilidade do **Ministério da Justiça da Polónia**.

Uma base de dados de  **tradutores e intérpretes**, gerida pela **Associação Polaca de Intérpretes** (Stowarzyszenie Tłumaczy Polskich).

O acesso à base de dados de tradutores polacos é gratuito?

Sim, o acesso às duas bases de dados é **gratuito**.

Como procurar um tradutor ajuramentado na Polónia

Base de dados de tradutores ajuramentados

A base de dados de tradutores ajuramentados permite **procurar** um tradutor ou intérprete por:

Nome

Província (województwo)

Cidade

Língua.

Base de dados de tradutores e intérpretes

Pode **efectuar uma pesquisa** na base de dados de tradutores e intérpretes por:

Nome

Cidade

Língua

Especialização (interpretação, tradução literária, tradução jurídica).

Última atualização: 28/04/2015

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Portugal

Portugal não dispõe de uma base de dados de tradutores jurídicos ou intérpretes.

Última atualização: 08/08/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Roménia

Esta página ajudá-lo a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Roménia.

Como encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Roménia

A  **base de dados de tradutores e intérpretes certificados da Roménia** é gerida pelo **Ministério da Justiça romeno**. Contém informações sobre tradutores e intérpretes certificados por este ministério.

Estes profissionais ajuramentados prestam serviços de tradução e interpretação a pedido das seguintes entidades:

Conselho Superior da Magistratura;

Ministério da Justiça;

Supremo Tribunal de Cassação e Justiça;

Ministério Público;

Serviço Nacional contra a Corrupção;

Autoridades de investigação penal;

Tribunais;

Notários;

Advogados;

Oficiais de justiça.

A Lei n.º 178/1997 regula a certificação e os honorários dos intérpretes e dos tradutores que prestam serviços em autoridades de investigação penal, tribunais, notários, advogados, Ministério da Justiça e as restantes instituições supramencionadas.

A base de dados de tradutores disponibiliza informações a partir de 2002.

O acesso à base de dados dos tradutores é gratuito?

A base de dados disponibiliza **gratuitamente** as seguintes informações:

nome do tradutor ou intérprete certificado;

língua ou línguas para as quais o tradutor ou intérprete se encontra certificado;

número de certificação;

número de telefone.

A base de dados também disponibiliza, mediante pagamento, as seguintes informações:

número de identificação pessoal;

morada.

Como procurar um tradutor certificado na Roménia

A pesquisa na base de dados pode ser efetuada através dos seguintes critérios:

Nome do tradutor ou intérprete;

Nome do **tribunal de recurso** competente (os tribunais de recurso ostentam o nome do respetivo município. Uma vez que existem 15 tribunais de recurso na Roménia, cada um deles com jurisdição territorial sobre processos judiciais correspondentes a cada uma das regiões administrativas do país, este critério de pesquisa pode ser utilizado, na prática, para identificar todos os tradutores que exercem a sua atividade nas áreas geográficas e administrativas que se encontram sob a jurisdição de um determinado tribunal);

Pares linguísticos (se for visualizada uma língua estrangeira, o respetivo par será a língua romena);

Número de certificação;

Prazo de validade da certificação (esta pesquisa pode ser efetuada escrevendo *ordin* – ordem, em português – no campo apropriado, que corresponde a um instrumento jurídico emitido pelo Ministério da Justiça para suspender ou revogar a certificação de um tradutor).

Última atualização: 09/09/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Eslovénia

Esta secção dá-lhe uma visão geral da base de dados de tradutores e intérpretes da Eslovénia.

Qual é o conteúdo do registo de tradutores esloveno?

O [Ministério da Justiça e da Administração Pública](#) mantém um [Diretório de tradutores e intérpretes ajuramentados](#). O sistema jurídico esloveno não distingue entre intérpretes judiciais e tradutores judiciais. Todas as pessoas ajuramentadas devem estar habilitadas a prestar serviços de interpretação e de tradução.

O acesso à base de dados de tradutores da Eslovénia é gratuito?

Sim, o acesso à base de dados de tradutores da Eslovénia é gratuito.

Como procurar um tradutor jurídico na Eslovénia?

É possível pesquisar na base de dados de [tradutores e intérpretes ajuramentados](#) através dos seguintes critérios:

Nome

Língua

Código postal/cidade

Ligações úteis

[Tradutores ou intérpretes ajuramentados](#)

Última atualização: 16/02/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Eslováquia

Esta secção dá-lhe uma breve visão geral das bases de dados de tradutores e intérpretes eslovacos.

Qual é o conteúdo da base de dados de tradutores e intérpretes eslovacos?

A base de dados de tradutores eslovacos fornece informação sobre 824 tradutores jurídicos e 901 intérpretes judiciais e encontra-se disponível somente em eslovaco. A [base de dados de tradutores](#) é gerida pelo [Ministério da Justiça da Eslováquia](#).

O acesso à base de dados dos tradutores da Eslováquia é gratuito?

A base de dados é gratuita para o acesso e para a obtenção de informação sobre tradutores jurídicos e intérpretes judiciais.

Como procurar um tradutor jurídico na Eslováquia

Encontra informação sobre tradutores jurídicos na secção relativa aos Registo no sítio Web do [Ministério da Justiça da Eslováquia](#).

Ligações úteis

[Ministério da Justiça](#)

[Base de dados jurídica JASPI](#)

Última atualização: 18/03/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

A tradução deste texto para português está em curso.

Traduções já disponíveis nas seguintes línguas.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Finlândia

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Finlândia.

Qual é o conteúdo da base de dados de tradutores finlandesa?

A base de dados da [Associação Finlandesa de Tradutores e Intérpretes](#) contém informação sobre tradutores e intérpretes.

O acesso à base de dados de tradutores finlandesa é gratuito?

Sim, o acesso à base de dados da Associação Finlandesa de Tradutores e Intérpretes é gratuito.

Como procurar um tradutor jurídico na Finlândia

Pode procurar um tradutor jurídico ou intérprete finlandês utilizando os seguintes critérios:

Pares de línguas

Nome do tradutor ou do intérprete

Ligações úteis

[Sítio Web da Associação Finlandesa de Tradutores e Intérpretes](#)

Última atualização: 22/05/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [sv](#) foi recentemente alterado. A

tradução deste texto para português está em curso.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Suécia

Esta secção ajuda-o a encontrar um intérprete ou tradutor autorizado na Suécia.

O que é o registo sueco de intérpretes e tradutores?

A [base de dados sueca de intérpretes e tradutores](#) pertence à [Agência Sueca de Serviços Jurídicos, Financeiros e Administrativos, que é responsável pela sua gestão](#).

A base de dados contém uma lista de intérpretes e tradutores diplomados, que só estão autorizados a traduzir de ou para o sueco. A autorização pode abranger várias línguas. Um intérprete autorizado pode também estar autorizado a trabalhar numa determinada área de especialidade como intérprete judicial e/ou intérprete médico.

O acesso ao registo sueco de intérpretes e tradutores é gratuito?

Sim, o acesso à base de dados sueca de intérpretes e tradutores autorizados é gratuito.

Como procurar um intérprete ou tradutor autorizado na Suécia?

Se procurar um intérprete, pode pesquisar por língua, por área específica de especialidade, por distrito (*län*) ou por apelido. No caso dos tradutores, pode procurar por língua, por apelido ou pelo número do tradutor.

Última atualização: 04/03/2013

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

O texto desta página na língua original [en](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Inglaterra e País de Gales

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor ou intérprete jurídico em Inglaterra e no País de Gales

Atualmente, não existe em Inglaterra e no País de Gales uma base de dados centralizada de intérpretes ou tradutores. No entanto, pode procurar um intérprete ou tradutor através de uma série de listas e registos descentralizados, nomeadamente:

Orientações do Ministério da justiça relativas [a intérpretes judiciais](#)

O [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público \(NRPSI\)](#)

A [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia \(APCI\)](#)

O [Instituto de Tradução e Interpretação \(ITI\)](#)

Listas de agências comerciais

Ligações relacionadas

[Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público,](#)

[Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia,](#)

[Instituto de Tradução e Interpretação,](#)

[Intérpretes judiciais do Ministério da Justiça](#)

Última atualização: 13/06/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Irlanda do Norte

Esta secção ajuda-o a encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete na Irlanda do Norte.

Atualmente, a Irlanda do Norte não dispõe de uma base de dados centralizada de intérpretes e tradutores. Contudo, pode procurar um profissional desta área numa série de registos e listas descentralizadas, incluindo:

o [Registo Nacional de Serviços Públicos de Interpretação;](#)

a [Associação de Intérpretes Policiais e Judiciais;](#)

o [Instituto de Tradução e Interpretação;](#)

as listas de agências comerciais.

Ligações úteis

[Registo Nacional de Serviços Públicos de Interpretação](#)

[Associação de Intérpretes Policiais e Judiciais](#)

[Instituto de Tradução e Interpretação](#)

Última atualização: 16/01/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete - Escócia

Atualmente não existe na Escócia uma única base de dados centralizada de intérpretes ou tradutores. No entanto, pode procurar um intérprete ou tradutor através de uma série de listas e registos descentralizados, nomeadamente:

O [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público \(NRPSI\)](#)

A [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia \(APCI\)](#)

O [Instituto de Tradução e Interpretação \(ITI\)](#)

Listas de agências comerciais.

Se procura apoio judiciário para assistência em interpretação e tradução, recomenda-se o registo no [SLAB](#).

Ligações relacionadas

[Conselho de Apoio judiciário escocês,](#) [Registo Nacional de Intérpretes de Serviço Público,](#) [Associação dos Intérpretes Judiciais e de Polícia,](#) [Instituto de Tradução e Interpretação](#)

Última atualização: 24/04/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.